



A CRÍTICA À DEMOCRACIA E AO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO NA PERSPECTIVA FILOSÓFICA DE SLAVOJ ŽIŽEK

THE CRITICISM OF DEMOCRACY AND THE DEMOCRATIC STATE OF LAW IN THE PHILOSOPHICAL PERSPECTIVE OF SLAVOJ ŽIŽEK

Marcus Vinicius Quessada Apolinário Filho¹

Palavras-chave: Slavoj Žižek; Democracia; Estado de Direito; Filosofia Política.

Key-words: Slavoj Zizek; Democracy; State of Right; Political Philosophy.

O presente estudo possui como horizonte de ação a perquirição e a sistematização dos fundamentos filosófico-políticos do filósofo e psicanalista esloveno Slavoj Žižek, sobretudo àquilo que diz respeito, direta ou indiretamente, à forma política da democracia e do Estado de Direito. Insta salientar que, a fim de não incorrerem em contradições argumentativas e erros cronológicos — tão comuns a diversos comentadores da obra de Slavoj Žižek —, pretendemos, com o presente trabalho, levar a cabo um estudo pormenorizado da obra do autor, atentando-nos, sobretudo, às referências político-filosóficas do autor que, como veremos, são fulcrais para que pontos de mudança de paradigma em sua obra não sejam negligenciados.

Deste modo, a metodologia de pesquisa utilizada para confecção do presente trabalho é de cunho teórico-bibliográfico, valendo-nos, principalmente, de livros e artigos do autor investigado — Slavoj Žižek —, bem como livros, artigos e teses de outros autores e comentadores que, direta ou indiretamente tangenciam o escopo do presente trabalho.

¹Estudante de Graduação do 8º Período do Curso de Direito da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – Campus Poços de Caldas e pesquisador bolsista pelo PIBIC-CNPq;
E-mail: marcusapoli@gmail.com;



De início, há de se colocar que a produção teórica inicial de Slavoj Žižek — do fim da década de 80 ao início da de 90 — centra-se, sobretudo, numa tentativa de reabilitar a figura esquecida de Hegel ao debate filosófico da época — que, como sabemos, era predominantemente pós-estruturalista e anti-hegeliano — e contribuir para a teoria da ideologia, valendo-se do aparato teórico fornecido pela psicanálise lacaniana em articulação com Hegel. Assim, foi sob a orientação de Jacques-Allain Miller — genro e herdeiro intelectual da obra de Jacques Lacan, sua principal referência — que irá publicar sua importante tese de doutorado (*O mais sublime dos históricos: Hegel com Lacan*). Posteriormente, publica *O Sublime objeto da ideologia*, sua primeira obra de “peso”, responsável, entre outras coisas, por colocá-lo como filósofo central para o pensamento crítico contemporâneo.

Para uma maior elucidação do posicionamento filosófico político deste primeiro contexto em que Žižek está inserido, há de se ter em mente que ele fora um dos principais ativistas em defesa da democracia, das eleições livres e da dissolução do governo socialista da Iugoslávia na Eslovênia. Desta forma, o filósofo começa a trilhar seu caminho teórico-político pondo-se a par do projeto de “democracia radical” de Chantal Mouffe e Ernesto Laclau, e amparando-se sobretudo nas reflexões de Claude Lefort que concernem aos “limites do totalitarismo”, ao “lugar vazio do poder” e à “invenção democrática”. Žižek defenderá que “a democracia sempre envolve a possibilidade da corrupção, do governo tosco e medíocre, o único problema é o de que toda tentativa de evitar este risco inerente e, assim, restaurar a democracia ‘real’, necessariamente traz o seu oposto – acaba abolindo a democracia em si.” (ŽIŽEK, 2008, p. xxviii, tradução nossa)². Destarte, nessa fase do pensamento de Žižek, para que a luta política emancipatória possa ser verdadeiramente radical, ela haveria de estar, necessariamente, constricta à lógica da democracia liberal para que, assim, não incorra no risco de instaurar um governo totalitário.

²Democracy always entails the possibility of corruption, of the rule of dull mediocrity, the only problem is that every attempt to elude this inherent risk and to restore 'real' democracy necessarily brings about its opposite - it ends in the abolition of democracy itself.



No entanto, pudemos observar que o trato dado pelo autor à política, calcado, principalmente, nas referências à Laclau, Mouffe e Lefort, irá esvanecer-se. Já em 1992 nota-se uma tomada de distância em relação aos posicionamentos defendidos em suas obras iniciais. Tal distanciamento perfaz-se, sobretudo, através do estabelecimento de um forte diálogo com os filósofos Étienne Balibar, Alain Badiou e Jacques Rancière, e, também, no desenvolvimento de temáticas e problematizações envoltos do conceito de *ato analítico* de Lacan e num refinamento de sua leitura lacaniana de Hegel. Podemos dizer, inclusive, que tal distanciamento materializar-se-á, principalmente, numa profunda subversão na compreensão do autor a respeito da democracia e do Estado de Direito. Nesse sentido, “a democracia liberal não é nosso horizonte último; por mais difícil que pareça, a horrível experiência do terror político stalinista *não* deve nos levar a abandonar o princípio do terror – devemos nos aplicar mais ainda na busca do ‘bom terror’” (ŽIŽEK, 2016, p. 400), isto é, para que a luta política emancipatória possa ter algum sucesso, a tirada da democracia liberal do patamar de inquestionabilidade é *condition sine qua non*, pois, só assim, pensando e agindo para além daquilo que é dado imprescritível e insuperável, que se consegue *dar corpo ao impossível*, à novas formas de organização social para além desta.

Nesse sentido, Žižek enxergará como principal chave de abertura para a possibilidade de se pensar criticamente a realidade de hoje — e que também se constitui como ponto nodal do desenvolvimento crítico de seu pensamento filosófico-político — aquilo que, perfilado na imagem de Lenin, ganha forma em sua obra como o “retorno a Lenin” e a “defesa do gesto leninista”. E tal movimento de recuperação do “legado leninista” terá como principal alvo o questionamento da forma com que a liberdade e a democracia são colocadas em debate na política, como se vê em sua obra *O amor impiedoso*, “Aí reside o momento de verdade da réplica leninista mordaz a seus críticos mencheviques: a escolha verdadeiramente livre é aquela na qual eu não simplesmente escolho duas ou mais opções *no interior* de um conjunto prévio de coordenadas, mas escolho mudar esse próprio conjunto de coordenadas.” (ŽIŽEK, 2012, p. 178-179) e, em *Às portas da revolução: Escritos*



de *Lenin de 1917*, colocando em cheque sua prévia defesa da “democracia radical” de Laclau e Mouffe, coloca que “anticapitalismo sem enfrentar o problema da forma política do capitalismo (democracia parlamentar liberal) não é suficiente, não importa quanto ‘radical’ ela seja” (ŽIŽEK, 2005, p. 298).

E é desta forma que devemos entender a apropriação de Žižek da colocação polêmica proferida por Alain Badiou, que, “Hoje, o inimigo não se chama império nem capital. Chama-se democracia”. Nesse sentido, Žižek coloca em plano que, hoje, a tematização da democracia mantém-se constricta, necessariamente, à lógica capitalista de reprodução material. Assim, ancorado em Lenin, Žižek coloca que:

Quando Lenin designou a democracia liberal como uma forma de ditadura burguesa, ele não estava afirmando a noção simplista de que a democracia é realmente manipulada, uma simples fachada, de que há, na verdade, um grupo secreto no poder que controla tudo e que, se ameaçado de perder o poder em eleições democráticas, mostrará sua verdadeira face e assumirá o poder direto. O que ele quis dizer é que a própria *forma* do Estado democrático burguês, a soberania de seu poder com seus pressupostos políticos-ideológicos, incorpora uma lógica “burguesa” (ŽIŽEK, 2011, p. 407).

E, assim, Žižek defenderá a volta de um termo ao léxico da esquerda que há muito caíra em desuso. Trata-se da “ditadura do proletariado”. Tal defesa, por vezes mal-entendida por comentaristas e leitores desatentos, não se coloca como uma espécie de retorno à forma de organização político-econômica própria das revoluções comunistas do século XX. Aliás, vale apontar que, em toda a sua obra, Žižek é ríspido em apontar os erros cometidos pela URSS (União das Repúblicas Socialistas Soviéticas) e China, na verdade, a defesa da “ditadura do proletariado” possui um aspecto formal: “devemos usar a palavra ‘ditadura’ no sentido exato em que a democracia também é uma forma de ditadura, isto é, uma determinação puramente formal”. Daí, pode-se surgir a pergunta: mas por que uma ditadura do “proletariado”? A resposta, então, se faz clara se nos remetermos às supramencionadas referências filosóficas de Žižek. Tal operação de retomada do “proletariado” como sujeito político fundamental centra-se, sobretudo, num apelo a uma política universalista que, para que possua efetividade, deve ter em seu centro



a classe dos despossuídos, a única capaz “abolir-se a si mesma” num processo de tomada de poder, pois, por ser — nos termos de Rancière (RANCIÈRE, 1996, p. 53) — o *singulier universel*, a “parte dos sem parte” que não tem, assim, lugar fixo dentro das coordenadas do Estado e democracia atuais.

Nesse esforço, pode-se observar que, em linhas gerais, Žižek traça — em suas primeiras obras — uma defesa da democracia e do Estado de Direito, muito alinhada com Laclau, Mouffe e Lefort. E tal defesa sofrerá, uma radical metamorfose que, como demonstrado, é resultado de uma forte influência exercida por outros filósofos do campo crítico francês, entre eles, Balibar, Badiou e Rancière. Tal processo de radicalização desembocará naquilo que Žižek clama ser um “retorno ao gesto leninista” de problematização radical de conceitos fundadores da democracia e do Estado de Direito, fazendo com que, assim, Žižek retome uma “política da verdade” e a “ditadura do proletariado”.

Por fim, insta salientar que o afastamento de ordem conclusiva se torna, no entanto, inevitável. Dado o estágio inacabado e, portanto, incompleto que a pesquisa se encontra, a consecução de uma conclusão nos exigirá que, num segundo momento, nos detenhamos às recentes elaborações do autor fundadas na compreensão hegeliana do Estado.

REFERÊNCIAS

BADIOU, Alain. **Em busca do real perdido**. Tradução de Fernando Scheibe. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

LACLAU, Ernesto. MOUFFE, Chantal. **Hegemonia e estratégia socialista: Por uma política democrática radical**. Tradução de Joanildo A. Burity; Josias de Paula Jr; Aécio Amaral. São Paulo: Intermeios, 2015.

LEFORT, Claude. **A invenção democrática: Os limites do totalitarismo**. Tradução de Isabel Marva Loureiro. São Paulo: Brasiliense, 1983.

LENIN, Vladímir Ilitch. **Democracia e Luta de Classes**. Tradução de Edições Avante!; Paula Vaz de Almeida. São Paulo: Boitempo, 2019.



RANCIÈRE, Jacques. **O Desentendimento: política e filosofia.** Tradução de Ângela Leite Lopes. São Paulo: Editora 34, 1996.

RANCIÈRE, Jacques. **O Ódio À Democracia.** Tradução de Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2014.

ŽIŽEK, Slavoj. **O mais sublime dos histéricos: Hegel com Lacan.** Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1991.

ŽIŽEK, Slavoj. (org.). **Às portas da revolução: escritos de Lenin de 1917.** Tradução de Luiz Bernardo Pericás; Fabricio Rigout; Daniela Jinkings. São Paulo: Boitempo, 2005.

ŽIŽEK, Slavoj. **The sublime object of ideology.** 2. ed. Londres: Verso, 2008.

ŽIŽEK, Slavoj. **Em defesa das causas perdidas.** Tradução de Maria Beatriz de Medina. São Paulo: Boitempo, 2011.

ŽIŽEK, Slavoj. **O sujeito incômodo: o centro ausente da ontologia política.** Tradução de Luigi Barichello. São Paulo: Boitempo, 2016